

# RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 141 – 06/04 a 10/04/2020

## Sumário

- ✘ Destaque da Semana
- ✘ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✘ Notícias do Executivo
- ✘ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✘ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✘ eSocial
- ✘ Outras Notícias
- ✘ Atos Normativos
- ✘ Dados Estatísticos de Fiscalização

## Destaque da Semana

[Redução salarial por acordo individual só terá efeito se validada por sindicatos de trabalhadores](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/04/2020

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu em parte medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6363](#)) para estabelecer que os acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária de contrato de trabalho previstos na Medida Provisória (MP) 936/2020 somente serão válidos se os sindicatos de trabalhadores forem notificados em até 10 dias e se manifestarem sobre sua validade. Segundo a decisão, que será submetida a referendo do Plenário, a não manifestação do sindicato, na forma e nos prazos estabelecidos na legislação trabalhista, representa anuência com o acordo individual.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Ministro admite participação de centrais sindicais no julgamento de ação contra MP trabalhista](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/04/2020

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), admitiu o ingresso como terceiro interessado de entidades de classe de trabalhadores no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6363, ajuizada pelo partido Rede Sustentabilidade, que contesta o programa emergencial que permite redução de jornada de trabalho com redução salarial ou a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia de Covid-19, instituído pela Medida Provisória 936/2020.

### [Ministro assegura que estados, DF e municípios podem adotar medidas contra pandemia](#)

Supremo Tribunal Federal - 08/04/2020

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), assegurou aos governos estaduais, distrital e municipal, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da Covid-19, tais como a imposição de distanciamento social, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais, circulação de pessoas, entre outras.

### [Confederação questiona MP que reduz alíquotas de contribuições ao Sistema S](#)

Supremo Tribunal Federal - 07/04/2020

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6373), no Supremo Tribunal Federal (STF), contra dispositivos da Medida Provisória (MP) 932/2020, que reduz por cerca de três meses as contribuições recolhidas pelas empresas para financiar o "Sistema S". A confederação pede a suspensão das regras que alteram as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos e estabelecem que, durante os três meses de corte nas contribuições, as entidades do "Sistema S" deverão destinar à Receita Federal o equivalente a 7% do valor arrecadado, como retribuição pelos serviços de recolhimento e repasse.



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Partidos contestam MP que permite suspensão de contratos de trabalho e redução salarial](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/04/2020

O Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) pedem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão imediata dos efeitos da Medida Provisória (MP) 936/2020, que dispõe sobre providências trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus.

### [PT pede liberação de recursos do FGTS para mitigar efeitos econômicos da pandemia](#)

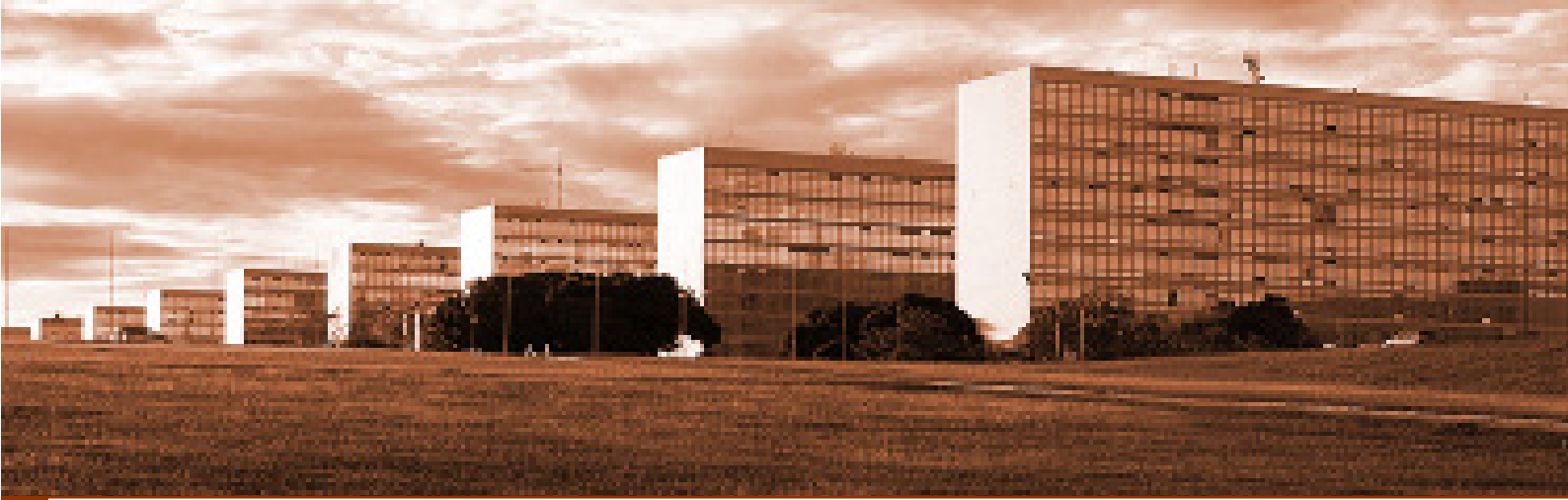
Supremo Tribunal Federal - 06/04/2020

O Partido dos Trabalhadores (PT) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6371](#)) no Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de garantir aos trabalhadores o levantamento de recursos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para mitigar os efeitos econômicos e as perdas financeiras ocasionadas pela pandemia do coronavírus. O relator é o ministro Gilmar Mendes.

### [TST fará julgamentos telepresenciais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/04/2020

A direção do Tribunal Superior do Trabalho assinou, nesta terça-feira (7), o [Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT 159/2020](#), que permite a realização de sessões de julgamentos telepresenciais por todos os órgãos julgadores do Tribunal (Turmas, Seções Especializadas, Órgão Especial e Tribunal Pleno). As sessões realizadas dessa forma têm valor jurídico equivalente ao das sessões presenciais, asseguradas a publicidade dos atos praticados e todas as prerrogativas processuais dos advogados e das partes. Elas serão transmitidas em tempo real em rede social de grande alcance, gravadas e armazenadas em meio eletrônico. O ato foi assinado pela presidente do TST, ministra Cristina Peduzzi, pelo vice-presidente, ministro Vieira de Mello Filho, e pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga.



## Notícias do Executivo

### [Secretaria de Trabalho produz documento sobre saúde e segurança dos trabalhadores durante a pandemia](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 08/04/2020

Com o objetivo de orientar trabalhadores e empregadores em relação aos cuidados a ser tomados durante o período de pandemia causada pela Covid-19, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia produziu um [documento](#) a respeito do tema.

### [Empregadores já podem prestar informações sobre acordos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 06/04/2020

O governo federal colocou no ar, nesta segunda-feira (6/4), um [site](#) que permite aos empregadores acessarem os sistemas nos quais podem comunicar os acordos que fizerem com seus trabalhadores no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído por meio da Medida Provisória 936 de 1º de abril de 2020.

### [Portaria estabelece antecipação de um salário mínimo para auxílio-doença](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 07/04/2020

A [Portaria Conjunta nº 9.381](#), publicada nesta terça-feira (7/4) no Diário Oficial da União, disciplina a antecipação de um salário mínimo para os segurados que têm direito ao auxílio-doença, autorizada pelo art. 4º da [Lei nº 13.982/2020](#), que estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente da Covid-19. O benefício terá duração máxima de três meses, contatos a partir da data do início do benefício. A concessão se dará sem a realização de perícia médica, enquanto perdurar o regime de plantão reduzido de atendimento nas Agências da Previdência Social.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [Ação pede que BNDES conceda suspensão do pagamento de financiamentos apenas a empresas que preservem empregos](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/04/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou nessa quarta-feira (8) ação civil pública contra o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pedindo liminarmente que aquela instituição financeira condicione o deferimento da suspensão do pagamento de financiamentos, em operações diretas e indiretas (medida anunciada em 22 de março), à preservação do número de empregados da empresa interessada no benefício, enquanto ele perdurar. Para isso, o MPT pede, também em caráter liminar, que o BNDES faça adaptações nos instrumentos necessários para obtenção do benefício, como circulares e aditivos, de forma a constar a obrigação de preservar os empregos. A ação tramita na 6ª Vara do Trabalho de Campinas (SP).

# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Covid-19: Portal da Enit divulga orientações gerais da SIT aos trabalhadores e empregadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/04/2020

O Portal da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit divulgou orientações gerais aos Auditores-Fiscais do Trabalho, trabalhadores e empregadores sobre a proteção e prevenção de contágio da Covid-19, que foram elaboradas pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. O conteúdo visa contribuir com a tomada de decisões céleres para a preservação da vida dos cidadãos e dos trabalhadores em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus. As medidas estão disponíveis no Portal da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (Enit).

### [Em 2020, o “Abril Verde” representa a prevenção e enfrentamento ao coronavírus](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/04/2020

Em 2020, com a pandemia que assola o país e o mundo, a proteção da população assim como a dos trabalhadores que precisam continuar trabalhando está em primeiro lugar e rege as ações e atividades dos Auditores-Fiscais do Trabalho. Por esse motivo, o registro e a divulgação do “Abril Verde 2020”, criado com o objetivo de debater e conscientizar a população acerca das questões que envolvem a saúde e segurança no ambiente de trabalho, tornam-se essenciais para todos.

### [Auditor-Fiscal do Trabalho elabora projeção de impactos da MP 936 sobre salários](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/04/2020

O Auditor-Fiscal do Trabalho e diretor da Delegacia Sindical do SINAIT do Rio de Janeiro – DS/RJ Ramon de Faria Santos elaborou uma [projeção](#) dos impactos da Medida Provisória – MP 936/2020 sobre diversas faixas salariais. As determinações trazidas pela norma abrangem contratos de aprendizagem e de jornada parcial. A MP, editada em 1ª de abril, autoriza empresas a reduzir até 70% da jornada e dos salários dos empregados, por acordo individual, sem participação de sindicatos, por até 90 dias.

# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [SINAIT lança cartilha sobre “Direitos trabalhistas durante a pandemia causada pela Covid-19”](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 07/04/2020

O SINAIT e a Comissão Técnica – Covid-19/SINAIT lançam nesta terça-feira, dia 7 de abril, a publicação [“Direitos trabalhistas durante a pandemia causada pela Covid-19: sob a luz das Medidas Provisórias nº 927/2020 e nº 936/2020”](#). A pesquisa e o texto foram elaborados pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Luis Alves de Freitas Lima, do Ceará, a convite do Sindicato Nacional. O objetivo é esclarecer dúvidas geradas pelos textos das duas MPs.

### [Covid-19: SINAIT incentiva o uso de máscara de pano, como parte das ações do Abril Verde](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/04/2020

No mês da Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho, o “Abril Verde”, o SINAIT convida a todos a abraçar a Campanha #UseUmaMáscara do Ministério da Saúde. Se antes o Ministério recomendava o uso de máscaras apenas para quem estava com sintomas de Covid-19 e profissionais de saúde, agora o cenário é outro, já que estudos chineses recentes mostraram que as pessoas assintomáticas têm um papel importante na disseminação do vírus. Além de eficiente, é um objeto simples, que não exige grande complexidade de produção e pode ser um ótimo aliado no combate à propagação do coronavírus no Brasil, protegendo você, outras pessoas ao seu redor e a sociedade.

# eSocial

## Notícias do e-Social

### [Publicada Nota Orientativa nº 21/2020 - Dedução nas CPs dos 15 dias de afastamento por COVID-19](#)

Portal eSocial - 09/04/2020

Orientação sobre a dedução nas contribuições previdenciárias do custo salarial dos primeiros 15 dias de afastamento de empregado com Covid-19. Acesse o conteúdo da [Nota Orientativa nº 21/2020](#).

### [Publicada nova portaria que amplia rol de contribuições sociais que tiveram vencimento prorrogado](#)

Portal eSocial - 09/04/2020

A Portaria ME nº 150, de 7 de abril de 2020, ampliou o rol de contribuições previstas na Portaria ME nº 139 de 03 de abril de 2020, do Ministério da Economia, que prorrogou o vencimento das contribuições previdenciárias patronais (INSS) devidas, relativas aos meses de março e abril, que passam a ter vencimento equivalente às contribuições dos meses de julho e setembro, respectivamente.

### [Calamidade pública: como informar a suspensão do contrato ou a redução da jornada e salário no eSocial Doméstico](#)

Portal eSocial - 09/04/2020

A Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, instituiu um programa emergencial cujo objetivo é evitar demissões e garantir a renda dos trabalhadores no período de calamidade pública vivido em decorrência da pandemia de COVID-19 (coronavírus). O programa prevê a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho ou a redução de salários com redução proporcional de jornada, mediante o pagamento pela União aos trabalhadores de um Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

### [Estado de calamidade: prorrogado o vencimento de contribuições previdenciárias](#)

Portal eSocial - 06/04/2020

A Portaria nº 139 de 03 de abril de 2020, do Ministério da Economia, prorrogou o vencimento das contri-





# eSocial

## Notícias do e-Social

buições previdenciárias patronais (INSS) devidas pelos empregadores domésticos, relativas aos meses de março e abril. Elas serão devida s juntamente com as contribuições referentes aos meses de julho e setembro, respectivamente. A medida se soma à prorrogação do vencimento do FGTS, de forma a facilitar a vida do empregador, neste período.



## Outras Notícias

### [Na crise, empresa pode substituir depósito judicial por outras garantias](#)

Consultor Jurídico - 12/04/2020

Com a crise econômica causada pelas medidas para conter a propagação do coronavírus, empresas podem pedir a substituição de depósitos judiciais por outras garantias em processos trabalhistas e tributários. Com isso, ficam com mais dinheiro em caixa para pagar trabalhadores, fornecedores e tributos.

### [Notificar sindicatos beneficia trabalhador, mas impede medidas emergenciais](#)

Consultor Jurídico - 07/04/2020

Ao justificar sua decisão, o ministro afirmou que o afastamento dos sindicatos das negociações tem potencial de causar sensíveis danos aos empregados e “contraria a própria lógica subjacente ao Direito do Trabalho, que parte da premissa da desigualdade estrutural entre os dois polos da relação laboral”. A decisão deverá ser remetida ao plenário da corte para referendo.

### [Epidemia justifica redução de pagamento de parcelas de acordo trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 07/04/2020

O entendimento é da juíza Mariza Santos da Costa, da 7ª Vara do Trabalho de São Paulo, ao determinar que empresa pague apenas uma fração de 30% das próximas parcelas referentes a um acordo feito com um ex-funcionário. A [decisão](#) foi tomada na última sexta-feira (3/4). Por conta da pandemia, a empresa solicitou a prorrogação do pagamento das parcelas próximas ao vencimento a partir de 30 de março a 30 de junho de 2020 ou, alternativamente, a autorização de pagamento de 30% do valor de cada parcela enquanto perdurar a pandemia.

### [Dissídios coletivos com pretensão condenatória ferem garantia do juiz natural](#)

Consultor Jurídico - 06/04/2020



## Outras Notícias

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, sindicatos trabalhistas de São Paulo conseguiram uma série de decisões condenatórias por meio de dissídios coletivos de natureza jurídica instaurados no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. O objetivo das entidades era o afastamento de trabalhadores que integrem o chamado “grupo de risco” da Covid-19 ou o fornecimento de equipamentos sanitários, como álcool em gel e luvas. Ocorre que o esse tipo de ação, segundo jurisprudência fixada pelo Tribunal Superior do Trabalho, é utilizada apenas para solucionar conflitos coletivos, tendo somente pretensão declaratória.



## Atos Normativos

[PORTARIA INSS Nº 450, DE 3 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 06/04/2020 Seção I Pág. 52) - Dispõe sobre as alterações constantes na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e na Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019;

[PORTARIA CONJUNTA Nº 9.381, DE 6 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Pág. 21) - Disciplina a antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente de auxílio-doença ao Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e os requisitos e forma de análise do atestado médico apresentado para instruir o requerimento. (Processo nº 10128.107045/2020-83);

[PORTARIA SEPRT Nº 9.275, DE 6 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Pág. 22) - Altera a Portaria SEPRT nº 1.229, de 6 de novembro de 2019, que suspendeu as decisões em processos de requerimento de registro sindical. Processo nº 19964.103489/2020-62;

[PORTARIA SEPRT Nº 9.384, DE 6 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Pág. 22) - Alterar a redação da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades. (Processo nº 19966.100270/2019-58);

[RESOLUÇÃO BACEN Nº 4.798, DE 6 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Pág. 28) - Institui linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), de que trata o art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e estabelece encargos financeiros, prazos, limites, finalidades e demais condições desse financiamento, destinado a atender aos setores produtivos, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo;

[RESOLUÇÃO BACEN Nº 4.800, DE 6 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Pág. 28) - Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial realizadas, pelas instituições financeiras, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020;



## Atos Normativos

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 946, DE 7 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Extra Pág. 09) - Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências;

[DECRETO Nº 10.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Extra Pág. 10) - Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19);

[PORTARIA Nº 351, DE 7 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 07/04/2020 Seção I Extra Pág. 13) - Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.316/2020, a respeito do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[PORTARIA ME Nº 150, DE 7 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 08/04/2020 Seção I Pág. 31) - Altera a Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020, que prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus;

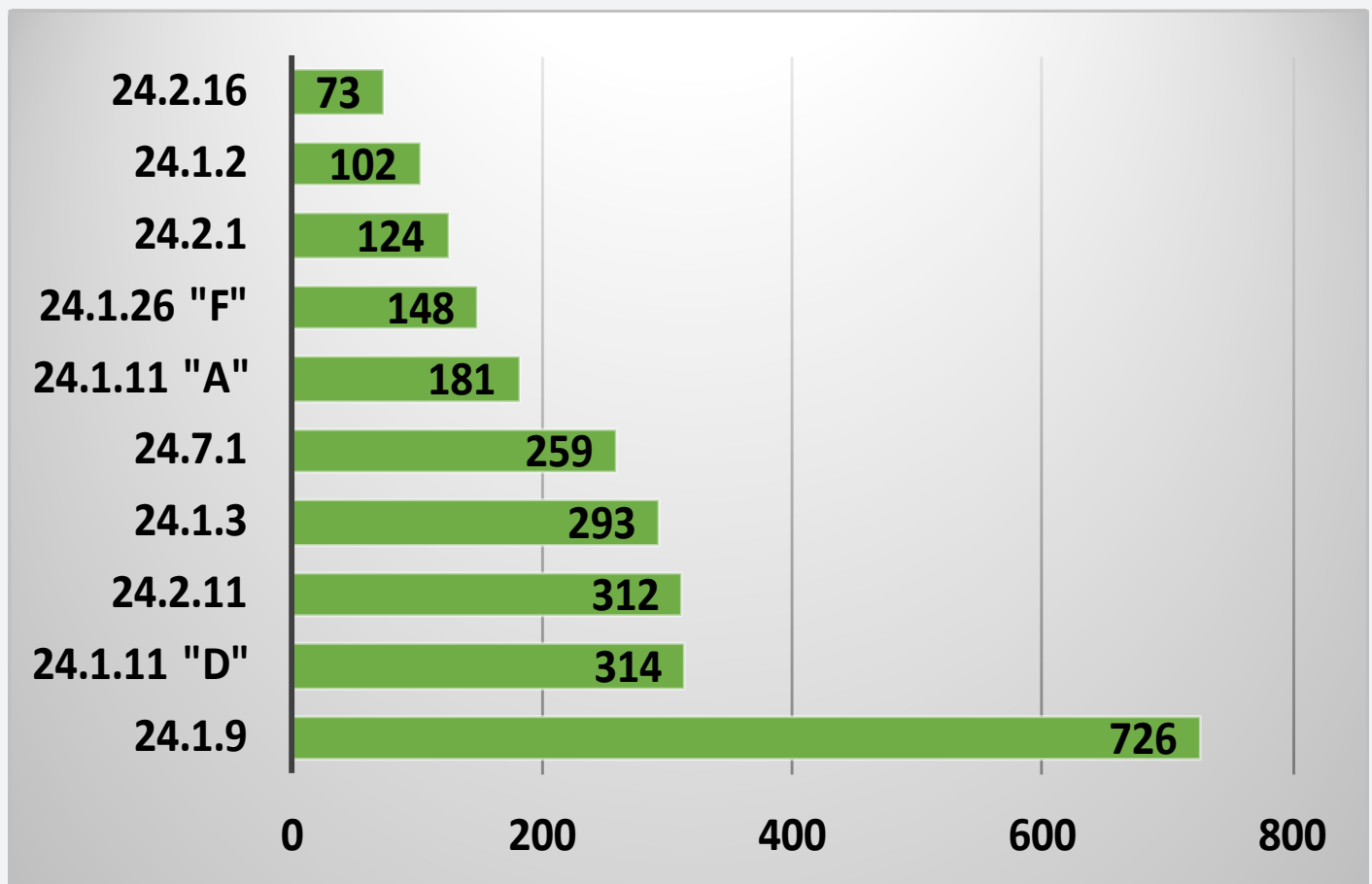
[PORTARIA SEPRT Nº 9.471, DE 7 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 08/04/2020 Seção I Pág. 34) - Estabelece medida extraordinária e temporária quanto à comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de proteção respiratória para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). (Processo nº 19966.100318/2020-61);

[DECRETO Nº 10.318, DE 9 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 09/04/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho) mais capitulados como "Regularizado na Ação Fiscal" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

## Dados estatísticos de Fiscalização

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

24.1.9. O lavatório deverá ser provido de material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos, proibindo-se o uso de toalhas coletivas.

24.1.11. Os banheiros, dotados de chuveiros, deverão:  
d) ter portas de acesso que impeçam o devassamento, ou ser construídos de modo a manter o resguardo conveniente;

24.2.11. Nas atividades e operações insalubres, bem como nas atividades incompatíveis com o asseio corporal, que exponham os empregados a poeiras e produtos graxos e oleosos, os armários serão de compartimentos duplos.

24.1.3. Os locais onde se encontrarem instalações sanitárias deverão ser submetidos a processo permanente de higienização, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho.

24.7.1. Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de recipientes coletivos. Onde houver rede de abastecimento de água, deverão existir bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, proibida sua instalação em pias ou lavatórios, e na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 50 (cinquenta) empregados.

24.1.11. Os banheiros, dotados de chuveiros, deverão:  
a) ser mantidos em estado de conservação, asseio e higiene;

24.1.26. Os gabinetes sanitários deverão:  
f) possuir recipientes com tampa, para guarda de papéis servidos, quando não ligados diretamente à rede ou quando sejam destinados às mulheres.

24.2.1. Em todos os estabelecimentos industriais e naqueles em que a atividade exija troca de roupas ou seja imposto o uso de uniforme ou guarda-pó, haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais, observada a separação de sexos.

24.1.2. As áreas destinadas aos sanitários deverão atender às dimensões mínimas essenciais. O órgão regional competente em Segurança e Medicina do Trabalho poderá, à vista de perícia local, exigir alterações de metragem que atendam ao mínimo de conforto exigível. É considerada satisfatória a metragem de 1,00m<sup>2</sup> (um metro quadrado), para cada sanitário, por 20 (vinte) operários em atividade.

24.2.16. É proibida a utilização do vestiário para quaisquer outros fins, ainda em caráter provisório, não sendo permitido, sob pena de autuação, que roupas e pertences dos empregados se encontrem fora dos respectivos armários.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico